

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE FLORIANO/PI

João Marcos Messias Miranda
Universidade Federal do Piauí
joaomarcosmessias@gmail.com

José Ribamar Lopes Batista Júnior
Universidade Federal do Piauí
ribasninja@gmail.com

Francisco Luan de Jesus Menezes
Universidade Federal do Piauí
juniorforks@gmail.com

Reconhecer os direitos das pessoas com deficiência significa mais do que tratar a todos de forma igualitária. Necessidades especiais requerem cuidados especiais, independentemente do local ou do tipo de atendimento que se busca. Assim, a educação inclusiva surgiu no cenário mundial como uma forma de se garantir o direito à escolarização das pessoas com deficiência, visto que muitas crianças e jovens estavam às margens da educação em todo o mundo. A sociedade inclusiva, dessa forma, se apoia na filosofia kantiana de valorização do ser humano, que reconhece o caráter plural da humanidade em sua diversidade, sendo essa ideia também a base dos Direitos Humanos. Até então, o Brasil ofertava tanto o ensino inclusivo, preconizado na constituição de 1988, como o ensino especial, ambos em escolas públicas e filantrópicas, sendo no ensino especial a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs uma das principais instituições de atendimento à pessoa com deficiência. Levando em consideração o direito e as peculiaridades humanas, compreendemos que a escolarização no ensino regular (educação inclusiva) deve ser uma opção, ou melhor, uma modalidade de atendimento e que a filosofia inclusiva deve mediar as interações em qualquer espaço, principalmente na escola. Contudo, as características da escola regular, precarização da formação docente e a necessidade de se promover a aprendizagem e superar limitações fazem com que muitas famílias busquem profissionais e espaços especializados, contrariando a política educacional de inclusão. Nesse sentido, o fenômeno da migração das matrículas do ensino especial para o regular, tão comemorado pela mídia e pelo governo, não resulta totalmente de uma opção, ou da qualidade da educação inclusiva. Em realidade, o poder público vem desencorajando os pais a matricularem seus filhos em salas e escolas especiais de forma mais incisiva desde 2007. E em razão do corte de verbas tanto para o pagamento de professores como de insumos, presenciemos ano a ano a extinção de vagas na educação especial, tanto em instituições públicas como filantrópicas. Diante desse quadro, propomos a investigação do fenômeno do aumento das matrículas de pessoas com deficiência no ensino regular, percebido desde 2011, bem como do aumento do



número de salas de recursos multifuncionais no município de Floriano. A escolha por esse fenômeno deveu-se ao interesse recente dos legisladores e gestores públicos brasileiros em alterar a configuração da educação de forma muito ostensiva. Nos últimos anos, a política educacional brasileira promoveu a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares. Institucionalmente, essas mudanças se deram em consonância com as orientações estabelecidas na Conferência Educação para Todos, em Jonitien (1990) e na Declaração de Salamanca (1994), que preconizavam, entre outras questões, a ampliação da educação especial nos países em desenvolvimento. Contudo, tais processos repercutiram no modelo educacional da escola regular comum, desarticularam a rede de atendimento ofertado até então por associações e instituições não-governamentais, e desencadearam novos processos identitários em professores e professoras, dentro do modelo inclusivo. Esta pesquisa encontra-se vinculada ao projeto “Conceitos e práticas educacionais no processo de inclusão da pessoa com deficiência: etnografia e letramento”, desenvolvido pela Universidade Federal do Piauí, sob a coordenação da Prof. Dr. José Ribamar Lopes Batista Júnior. O projeto investiga o conceito de educação inclusiva compartilhado por professores e profissionais da educação nas instituições educacionais de Ensino Básico (6º ao 9º anos) da rede pública que atendem alunos/as com deficiência, bem como os discursos e as práticas de letramento resultantes dessa visão compartilhada, no contexto da cidade de Floriano/PI. As mudanças na política educacional brasileira, que promoveu a migração do atendimento à pessoa com deficiência dos Centros de Ensino Especial para a escola regular comum, tem implicações tanto na metodologia de ensino como nas estruturas das escolas, na formação docente e, principalmente, na política educacional voltada para pessoas com deficiência. Por conta disso, neste trabalho, objetivamos traçar um perfil da educação inclusiva a partir da análise dos dados das matrículas de 2011 a 2014 e de entrevistas tanto a familiares como de profissionais da educação. Para tanto, adotamos como metodologia a pesquisa etnográfica. Essa metodologia tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador ou a pesquisadora como seu principal instrumento, isto é, supõe o contato direto e prolongado dessa pessoa com o ambiente e a situação que está sendo investigada. Os dados deste estudo foram gerados e coletados por meio de entrevistas e de artefatos na Secretaria Municipal de Educação e na Gerência Estadual de Educação, no período de agosto a outubro de 2014. Neste trabalho, será apresentada uma análise parcial. Os resultados indicam a falta de preparo docente e a carência de materiais e estruturas como grande entrave real ao processo de escolarização da pessoa com deficiência. As análises levam a compreender que tais dificuldades originam-se de uma política acanhada de direitos humanos, fortemente alicerçada em poderes econômicos, cujo objetivo de formação profissional atende à meta de garantia da subsistência e consequente desoneração estatal, sem contrapartidas sólidas no sentido de viabilizar de fato tal progresso social.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Discurso. Etnografia.